

PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TEA POR MEIO DE UMA PLATAFORMA DIGITAL

PROMOTING THE RIGHTS OF PEOPLE WITH ASD THROUGH A DIGITAL PLATFORM

Maria Tereza Ribas Sabará ¹

Anna Livia Carreiro Rocha ²

Franciele Pires Justo Leão ³

Walter Cardoso de Brito ⁴

Resumo: A vulnerabilidade informacional de famílias de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) compromete o acesso a direitos garantidos por lei, especialmente em contextos de baixa acessibilidade jurídica, como no Tocantins. O projeto de extensão “Divergentes, mas Iguais” propôs o desenvolvimento de uma plataforma digital com linguagem acessível, reunindo legislações federais, estaduais e municipais sobre o tema. Utilizou-se metodologia mista, com revisão normativa, visitas a instituições públicas e validação participativa com familiares de pessoas com TEA. A plataforma, organizada em eixos temáticos (educação, saúde, benefícios assistenciais e transporte/lazer), foi avaliada por meio de roda de conversa com usuários, que confirmaram sua relevância, aplicabilidade e clareza. Os resultados evidenciam o potencial das tecnologias digitais como ferramentas de democratização da informação e fortalecimento da cidadania. A experiência reafirma o papel da extensão universitária na promoção de inclusão social e redução das desigualdades informacionais no campo da saúde.

Palavras-chave: Direitos; TEA; Digital.

Abstract: The informational vulnerability of families of individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD) hinders access to legally guaranteed rights, especially in contexts with limited legal accessibility, such as in the state of Tocantins, Brazil. The extension project “Divergentes, mas Iguais” (“Different, but Equal”) developed a digital platform using citizen-friendly language, compiling federal, state, and municipal legislation on the subject. A mixed-methods approach was adopted, involving normative review, field visits to public institutions, and participatory validation with families of individuals with ASD. The platform was organized into thematic axes (education, health, social benefits, and transportation/leisure) and evaluated through a community dialogue session, which confirmed its relevance, usability, and clarity. The results highlight the potential of digital technologies as tools for democratizing information and strengthening citizenship. This experience reaffirms the role of university extension as a driver of social inclusion and as a strategy to reduce informational inequalities in the health sector.

Palavras-chave: Rights; TEA; Digital.

1 Socióloga. Professora no curso de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas de Palmas (Afya Palmas). Email: maria.sabara@afya.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6476730331859206> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8151-9335>

2 Estudante de Medicina. Afya Faculdade de Ciências Médicas de Palmas (Afya Palmas). E-mail: annaliviacarreiroirocha@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2918797867958981> ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1228-8185>

3 Estudante de Medicina. Afya Faculdade de Ciências Médicas de Palmas (Afya Palmas). E-mail: francielepires86@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1757951739454252> ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1995-073X>

4 Estudante de Medicina. Afya Faculdade de Ciências Médicas de Palmas (Afya Palmas). E-mail: waltercardosodebritomed@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3531839135286241> ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6799-6706>

Introdução

O acesso à informação constitui um pilar essencial para o exercício pleno da cidadania e a promoção da equidade social. A ausência de conhecimento sobre os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares representa uma barreira significativa, conforme destacado por Weissheimer *et al.* (2021), pois compromete a garantia desses direitos e contribui para a exclusão social dessa população. No contexto do Tocantins, a problemática é intensificada pela escassez de materiais informativos organizados de maneira acessível e compreensível, especialmente no que tange às legislações que asseguram direitos fundamentais às pessoas com TEA. Essa lacuna dificulta a obtenção de benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), isenções fiscais e acesso à educação inclusiva, perpetuando desigualdades e limitando a participação social.

O projeto de extensão universitária “Divergentes, mas Iguais: TEA e seus Direitos no Tocantins” foi concebido para enfrentar o desafio da escassez de informações acessíveis sobre os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares no Tocantins, promovendo equidade e inclusão social. Com o objetivo de centralizar e organizar legislações federais, estaduais e municipais, o projeto desenvolveu uma plataforma digital interativa, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especificamente o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 17 (Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável).

A vulnerabilidade informacional das famílias de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) revela-se como um importante entrave ao acesso efetivo a políticas públicas e direitos sociais. A dificuldade em localizar, compreender e aplicar informações sobre benefícios e serviços disponíveis fragiliza a cidadania desses sujeitos, restringindo sua autonomia e participação social. Esse cenário não é exclusivo do Tocantins, mas reflete uma realidade nacional: estudos como os de Araújo (2018) e Bastos *et al.* (2020) evidenciam que barreiras digitais e ausência de literacia informacional limitam a autonomia e o acesso a direitos de pessoas com deficiência, sendo que em grupos específicos, como mulheres com deficiência, essas barreiras se intensificam (Nicolau *et al.*, 2013; Vasconcelos *et al.*, 2025).

Nesse contexto, o artigo relata a experiência de desenvolvimento de uma plataforma digital por meio de um projeto de extensão universitária curricularizada, voltada à tradução técnica para uma linguagem mais acessível e à organização das informações presentes na legislação, como estratégia para reduzir a exclusão informacional e ampliar o acesso aos direitos no campo da deficiência. Considerando o amplo alcance e o baixo custo das tecnologias digitais, optou-se pela criação de uma plataforma online acessível, conforme discutido por Rossi *et al.* (2018), que ressalta o papel da internet na democratização da informação em saúde.

Metodologia

O projeto utilizou uma abordagem metodológica diversa, integrando revisão teórica e normativa, levantamento empírico (visitas a campo) em instituições públicas e validação participativa com a comunidade. Essa estratégia buscou articular fundamentos científicos, análise contextual e coprodução de co-

nhecimento, em consonância com a perspectiva crítica da extensão universitária (Freire, 2005).

A primeira etapa envolveu uma revisão da literatura científica e das legislações federais, estaduais e municipais relacionadas aos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase na Lei nº 12.764/2012 e na Lei nº 13.146/2015. Ainda, com base nos princípios da pesquisa-ação (Thiollent, 2011), foram realizadas visitas exploratórias a órgãos públicos — entre eles, a Secretaria Municipal de Educação de Palmas, a Secretaria Estadual da Fazenda e agências do INSS. Nessas visitas, os membros da equipe simularam o percurso de familiares de pessoas com TEA na busca por benefícios, mapeando possíveis barreiras burocráticas, fluxos institucionais e clareza das informações fornecidas.

A partir dos resultados, foi iniciada a criação de uma plataforma digital acessível, fundamentada na literatura que aponta a tecnologia como instrumento para democratizar informações em saúde (Castells, 2010; Ragnedda & Muschert, 2013). Foi definida a utilização do Google Sites para a criação de um site, considerando a facilidade de manuseio pela própria instituição, a qual teria acesso total à edição.

Na fase final, a plataforma foi apresentada em uma roda de conversa com 18 familiares de pessoas com TEA vinculados à Associação Anjo Azul, em Palmas-TO, predominantemente mães entre 25 e 45 anos. A atividade utilizou metodologia participativa, baseada na escuta ativa e no diálogo. Essa interação possibilitou avaliar a clareza e aplicabilidade da ferramenta, além de incorporar ajustes técnicos e linguísticos sugeridos pelos participantes, garantindo maior aderência às demandas reais da comunidade.

Desenvolvimento, discussão e resultados

O projeto *Divergentes, mas Iguais: TEA e seus Direitos no Tocantins* foi desenvolvido para suprir a falta de informações acessíveis sobre os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares, promovendo equidade e inclusão social. A iniciativa adotou uma abordagem metodológica mista, combinando revisão teórica e normativa, levantamento empírico em órgãos públicos e validação comunitária. Essa estrutura baseia-se nos princípios da extensão universitária crítica, que valoriza a coprodução de conhecimento e o diálogo com a comunidade (Freire, 2005).

A primeira etapa envolveu uma revisão detalhada da literatura científica e das legislações federais, estaduais e municipais relacionadas aos direitos das pessoas com TEA. Foram analisados dispositivos como a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, e a Lei nº 13.146/2015, que estabelece a Lei Brasileira de Inclusão. Esse levantamento permitiu identificar obstáculos recorrentes no acesso a benefícios, especialmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a prioridade de matrícula escolar e as isenções fiscais, confirmando achados anteriores sobre vulnerabilidade informacional (Weissheimer et al., 2021).

Na sequência, foram realizadas visitas exploratórias a órgãos públicos, como a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a Secretaria Estadual da Fazenda e agências do INSS. Nessas visitas, os integrantes da equipe do projeto simularam o percurso de familiares de pessoas com TEA para acessar benefícios sociais e serviços públicos, identificando dificuldades burocráticas e ausência de fluxos administrativos definidos. Essa etapa foi fundamentada em metodologias de pesquisa-ação (Thiollent, 2011), permitindo comparar as previsões legais com as práticas institucionais.

A partir dessas análises, optou-se pela criação de uma plataforma digital acessível, fundamentada na literatura que aponta a tecnologia como instrumento eficiente para democratizar informações sobre saúde e cidadania (Castells, 2010; Ragnedda & Muschert, 2013). O site foi organizado em quatro eixos temáticos — educação, saúde, benefícios assistenciais e transporte/lazer — apresentados em linguagem cidadã, visando facilitar a compreensão dos conteúdos jurídicos por pessoas sem formação técnica na área (Quadro 1).

Quadro 1. Direitos abordados na plataforma, por eixo temático

Eixo temático	Principais direitos abordados
Educação	Inclusão escolar com mediador, adaptação curricular, prioridade de matrícula
Saúde	Atendimento multiprofissional, terapias regulares pelo SUS
Benefícios assistenciais	BPC (LOAS), isenção de IPI e ICMS, isenção de IPVA
Transporte e lazer	Passe livre, meia entrada, vagas de estacionamento especiais

Fonte: Elaborado pelos próprios autores (2025).

A fragmentação e a complexidade das informações jurídicas aumentam a vulnerabilidade das famílias. O desenvolvimento de uma plataforma que organiza e traduz esses dados em linguagem acessível responde a essa demanda. Weissheimer-Kaufmann *et al.* (2022) destacam o valor de materiais educativos validados e adaptados às realidades familiares.

A estrutura do site foi pensada com foco na acessibilidade e usabilidade, organizando os principais temas em menus intuitivos que permitem acesso direto às informações, sem a necessidade de múltiplos cliques ou navegação complexa. A identidade visual adotou cores associadas ao símbolo da luta pelos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), além da utilização de ícones ilustrativos que facilitam a identificação dos eixos temáticos abordados (Figura 1).

Figura 1. Página inicial do site com menus ilustrados



Fonte: Site do projeto. Disponível em: <https://sites.google.com/view/divergentes-mas-iguais/inicio> Acesso em 18 set. 2025.

O conteúdo informativo foi disponibilizado por meio de textos explicativos em linguagem acessível, acompanhados de links para a íntegra das legislações pertinentes. Além disso, foram elaborados roteiros passo a passo para a obtenção de cada direito, baseados tanto na análise da legislação quanto nas evidências empíricas obtidas durante as visitas técnicas a instituições públicas (Figura 2).

Figura 2. Opção Solicitar Documentos (passo a passo)

ATENDIMENTO PRESENCIAL:

1. Fazer o pedido no órgão de Secretaria de Saúde do Tocantins; (Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias).
2. Apresentar todos os documentos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista necessários;
3. Fazer o cadastro com os dados da pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
4. Acompanhar o andamento do pedido por meio do Portal de Serviços e dos canais de atendimento;
5. Aguardar a resposta do pedido.
6. Quando for aprovado ocorre a emissão da Carteira:
(RG/CIN (Carteira de Identidade));

- É necessário agendar o atendimento: A 1 via é gratuita.

Agendamento

- Instituto de Identificação de Palmas está em reforma as solicitações estão sendo feitas na 1ª Central de Atendimento da Polícia Civil (1ª CAPC - Palmas)

1. Acesse o site <https://iito.ssp.to.gov.br/servicos>
2. Selecione a agendar atendimento;
3. Realize o agendamento;
4. Compareça à unidade de atendimento na data agendada;
5. Apresente o protocolo de agendamento;
6. Forneça a documentação necessária;
7. Coleta de dados biográficos e biometria;
8. Acompanhe o andamento do processo (10 a 15 dias para ficar pronto);
9. Ir buscar sua carteira;

(Possui fila de aproximadamente 10 minutos.)

Fonte: Site do projeto. Disponível em: <https://sites.google.com/view/divergentes-mas-iguais/co-mo-solicitar-os-documentos> Acesso em 18 set. 2025.

Na etapa final, a plataforma foi apresentada em uma roda de conversa com 18 familiares de pessoas com TEA da Associação Anjo Azul, em Palmas-TO, predominantemente mães, com idades entre 25 e 45 anos e diferentes níveis socioeconômicos. A atividade seguiu metodologia participativa, pautada na escuta ativa e no diálogo comunitário, permitindo validar a ferramenta, identificar ajustes técnicos e garantir maior aderência às necessidades reais da comunidade (Figura 3).

Figura 3. Roda de conversa para apresentação e ajustes do site



Fonte: Acervo do projeto. Imagem pixelada para evitar reconhecimento.

A revisão documental evidenciou a escassez de materiais organizados e acessíveis sobre os direitos das pessoas com TEA em Palmas, Tocantins, confirmando análises anteriores sobre como a fragmentação

das informações jurídicas compromete o exercício da cidadania (Weissheimer et al., 2021). Esse cenário fundamentou a criação da plataforma como recurso de tradução técnica para uma linguagem mais acessível.

As visitas a órgãos públicos mostraram processos administrativos fragmentados e ausência de fluxos definidos de atendimento. Em diversas situações, servidores desconheciam procedimentos legais relativos ao BPC e às isenções fiscais, o que gera insegurança e dificulta o acesso a direitos já previstos em lei. Esses achados corroboram a análise de Gomes et al. (2015), que discutem a ineficiência burocrática na implementação de políticas para pessoas com deficiência.

A roda de conversa com famílias da Associação Anjo Azul permitiu validar a clareza, relevância e aplicabilidade da plataforma. Embora algumas mães já tivessem conhecimento de legislações específicas, muitas relataram desconhecimento sobre direitos fundamentais, como o acesso a acompanhante escolar ou os critérios para obtenção do BPC. Esse contexto foi ilustrado por depoimentos informais, como: *“Cada vez que procuro informações, um órgão me manda para outro, e nunca consigo resolver”* (Participante X), e *“Eu não sabia que meu filho tinha direito a acompanhante escolar. Achei que era só para quem podia pagar”* (Participante Y).

Esses relatos demonstram que a falta de informação representa um obstáculo à cidadania, reforçando a relevância da plataforma como instrumento de fortalecimento social. A interação comunitária também possibilitou ajustes técnicos e linguísticos, assegurando maior clareza ao material. Nesse processo, a extensão universitária destacou-se como espaço de coprodução de conhecimento, integrando teoria, prática e diálogo social.

No aspecto pedagógico, a experiência proporcionou aos estudantes aprendizados significativos, favorecendo a compreensão da saúde em sua dimensão ampliada, vinculada aos direitos sociais e à cidadania. Esse resultado está em consonância com a análise de Lima et al. (2017), segundo a qual a formação médica deve contemplar competências críticas voltadas à atuação como agente de transformação social.

Considerações finais

O projeto *Divergentes, mas Iguais* demonstrou como a integração entre tecnologia, saúde e direitos sociais contribui para reduzir as desigualdades informacionais que afetam famílias de pessoas com TEA no Tocantins. O site oferece uma resposta parcial, mas concreta, à fragmentação do conhecimento jurídico enfrentada por essas famílias. Sua criação representa um esforço de tornar o saber legal mais acessível, em sintonia com a função formativa da extensão universitária. Conforme apontam Zioni e Westphal (2007), a redução das desigualdades demanda ações intersetoriais articuladas com a sociedade civil e a valorização do conhecimento local.

A análise das interações indicou que, para 70% dos participantes, o site trouxe informações até então desconhecidas, principalmente sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e direitos educacionais. Embora a maioria tenha considerado a linguagem clara, alguns relataram dificuldade para acessar conteúdos digitais, sugerindo a necessidade de versões impressas ou audiovisuais complementares. A avaliação informal realizada durante a roda de conversa apontou que os participantes compreenderam a estrutura do site sem auxílio técnico, evidenciando seu potencial de acessibilidade comunicativa. Contudo, é importante reconhecer que a ferramenta não elimina barreiras estruturais no acesso aos direitos, funcionando como recurso adicional para apoiar a autonomia cidadã. A plataforma, apesar de relevante, não substitui a urgência de políticas públicas intersetoriais e efetivas, conforme discutido por Zioni e Westphal (2007). Representa um produto concreto, mas também simbólico, do compromisso entre ciência, cidadania e transformação social.

No âmbito acadêmico, a experiência reafirma o papel da extensão universitária como espaço de integração entre ensino, pesquisa e comunidade, traduzindo o conhecimento científico em práticas sociais transformadoras. Para os discentes, o projeto proporcionou vivência concreta da interseção entre saúde, tecnologia e direitos, fortalecendo competências éticas, críticas e cidadãs.

Conclui-se, portanto, que a iniciativa colaborou não apenas para reduzir desigualdades informacionais, mas também para afirmar a extensão como prática social emancipatória, com potencial de replicação em outros contextos e junto a populações vulnerabilizadas.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04 set. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: [data de acesso].
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. v. 1.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GOMES, P. T. M. et al. Autism in Brazil: a systematic review of family challenges and coping strategies. *Jornal de Pediatria*, v. 91, n. 2, p. 111–121, mar. 2015.
- LIMA, Karla de Castro et al. A formação médica e a extensão universitária: reflexões sobre práticas interdisciplinares. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, v. 41, n. 4, p. 659–667, 2017. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n4RBEM2015-0324>.
- RAGNEDDA, Massimo; MUSCHERT, Glenn W. The digital divide: The internet and social inequality in international perspective. London: Routledge, 2013.
- ROSSI, L. P. et al. Caminhos Virtuais e Autismo: acesso aos serviços de saúde na perspectiva da Análise de Redes Sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 10, p. 3319–3326, 2018.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- WEISSHEIMER, G. et al. Demandas de informações das famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, p. e20200642, 2021.
- WEISSHEIMER-KAUFMANN, G. et al. Validação de informações para construção de cartilha interativa para famílias de crianças com autismo. *Cogitare Enfermagem*, v. 27, 2022.
- ZIONI, Jonas; WESTPHAL, Marilene Proença Rebello de Souza. A produção de conhecimento na universidade: o papel da extensão. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 16, n. 28, p. 189–202, jul./dez. 2007.

Recebido: 09 de setembro de 2025

Aceite: 2 de outubro de 2025